

A CUT SC apóia a Luta dos Trabalhadores do Magistério Público Estadual

A história brasileira demonstra que a educação nunca foi prioridade dos governos, deixando, hoje, um cenário de verdadeiro abandono e descaso para com os alunos, pais e trabalhadores em educação. Vários são os problemas enfrentados no mundo da educação, que vai da dificuldade do acesso ao ensino a falta da valorização do profissional, dando-lhe oportunidade de aprimorar seus conhecimentos e um salário condizente a sua função. Esse processo histórico negou o direito a vários brasileiros de ter acesso não somente a educação, mas também a melhores condições de vida para si e seus familiares.

Algumas políticas estão sendo propostas para tentar modificar a realidade, a exemplo do Piso Nacional da Educação, que tramita do Congresso Nacional, onde coloca no mesmo patamar salarial todos os professores do Brasil, significando um avanço para os trabalhadores em educação. Para conquistar a aprovação e a melhora da proposta a CNTE/CUT e entidades filiadas vem realizando mobilizações pressionando o Congresso.

Mas é preciso ter muito mais para conseguirmos chegar de fato a uma escola pública, gratuita e de qualidade para todos! Nesse sentido, os trabalhadores em Educação na Rede Pública do Estado de Santa Catarina estão reivindicando do Governo Luiz Henrique:

1. Equiparação do nosso piso salarial com os demais servidores públicos;
2. Incorporação do abono de R\$ 100, mantendo a estrutura da tabela salarial;
3. Contrários ao Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos Estaduais;
4. Reajuste do Vale-alimentação mensal e extensivo aos aposentados, serventes, vigias e merendeiras;
5. Encaminhamento do Projeto de lei para eleição direta para direção de escolas;
6. Plano de Saúde para os ACTs (Admitido por Caráter Temporário);
7. Regularização da situação das/os serventes, vigias e merendeiras;
8. Políticas públicas de combate a violência nas escolas;
9. Implementação da Lei 10.639 que define no currículo escolar o estudo da história dos Afro-descendentes;
10. Liberação das licenças prêmio, para trato de interesses particulares e para estudos;
11. Pagamento imediato dos precatórios do IPESC e do estado;
12. Extinção do processo de reenturmação no segundo semestre do ano letivo, para manter o processo pedagógico e garantir os empregos;
13. Condições dignas de trabalho para os Trabalhadores em Educação.



CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES DE SANTA CATARINA

Rua Visconde de Ouro Preto – Servidão Getúlio Vargas, 87 – Centro - CEP: 88020-040 – Florianópolis – SC
Fone/Fax: (0XX48) 224-6611 – CNPJ: 60.563.731/0017-34 – <http://www.cut-sc.org.br> – e-mail: cut-sc@cut-sc.org.br

“DIREITO NÃO SE REDUZ SE AMPLIA”

No entanto, o Governador do Estado e seus assessores vem marcando e desmacando reuniões consecutivamente junto a direção do SINTE-SC, com o objetivo de não atender a pauta de reivindicação. Por isso, a categoria em Assembléia realizada no dia 18 de outubro, deliberou por:

- Greve em 2008 no início o ano letivo;
- Atos Unificados com os servidores Públicos;
- Campanha de Mobilização com panfletagem e denúncias na imprensa com o objetivo de desmascarar o governo;
- Estabelecer mesa de negociação;
- Enfrentamento ao Regime Próprio da Previdência de Santa Catarina.

A CUT, historicamente, apóia a luta dos trabalhadores em educação, afirmando ser necessário garantir o direito de negociação dos Servidores Públicos, dentro das prerrogativas da democracia, conforme a convenção da OIT 151, a fim de proporcionar aos trabalhadores a melhoria das condições de trabalho e vida, e não medira esforços para que o governador atenda as reivindicações da categoria. A comunidade catarinense quer que o Governo do Estado assuma a Educação como prioridade, implementando políticas de valorização aos trabalhadores em educação, como também de atendimento a sociedade catarinense, criando um processo de construção da escola pública, gratuita e de qualidade para todos!

Florianópolis, 24 de outubro de 2007.

Direção executiva